



Comunicação COVID19

Ponto de situação 14 de junho

Casos Confirmados

36.690 CASOS DE COVID-19

MAIS 227 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 0,62%%

Óbitos

1.517 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 5 VÍTIMAS MORTAIS (+ 0,46%)

NORTE-812

CENTRO-246

LISBOA E VALE DO TEJO-427

ALENTEJO-2

ALGARVE-15

AÇORES-15

MADEIRA-0

Outros dados

22.669 CASOS DE RECUPERAÇÃO

1.385 AGUARDAM RESULTADOS

349.997 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 DE JAN.

419 INTERNADOS (1,14%) / 73 UCI (0,19%)

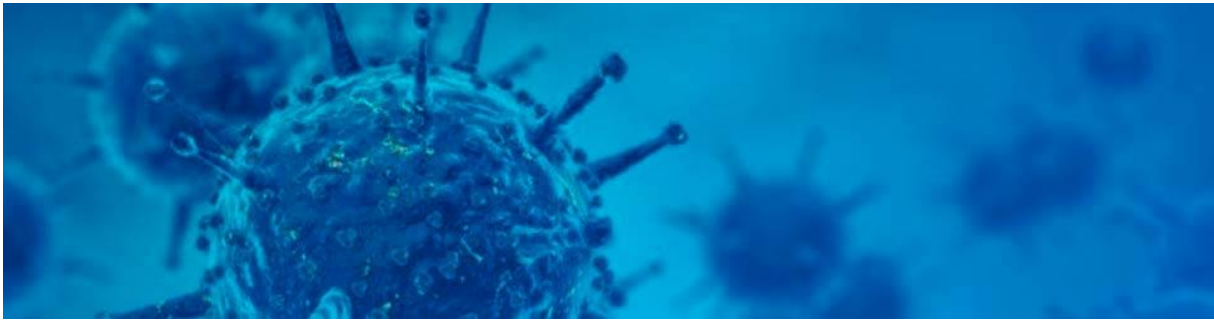
Dom. 14 junho

O ministro do Ambiente e Ação Climática considera “fundamental” a não utilização de máscaras descartáveis, e diz que faz mais sentido do ponto de vista económico e ambiental a reutilizável.

A Espanha antecipa a abertura de fronteiras no espaço Schengen para 21 de junho, exceto com Portugal, que chegará em 1º de julho.

China regista maior aumento no número de casos desde abril.

Brasil ultrapassou Reino Unido no número de mortos.



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



(Edição) Cinco dos 27 acusados de crimes de ódio foram condenados pela morte de Alcindo Monteiro. Ministério Público confirmou ontem acusação. Caso que tem pelo menos 18 vítimas era investigado pela Unidade de Contraterrorismo da PJ desde 2015. "Não é claro que a democracia americana sobreviva à reeleição de Trump". **P2. Porque se ajoelha agora a América?** Peso das grandes empresas no layoff é o dobro das pequenas. Empresas com maior robustez financeira acabaram por beneficiar mais do apoio público. Extrema-direita sai á rua em Londres e ataca a polícia. Legalização da prostituição. Trabalhadores do sexo acusam petição de zelar por interesses de donos de bordéis. "Não fomos bestiais primeiro, nem somos o oposto agora". Governo reage ao facto de Portugal ser o segundo país da EU com maior número de casos diários de covid-19. Sp. Braga perde e deixa-se apanhar pelo Sporting. **(Online)- Diploma que retirou diabéticos e hipertensos do teletrabalho será inconstitucional. Constitucionalistas afirmam que retificação feita pelo Governo ao decreto-lei depois de publicado é ilegal e pode mesmo constituir abuso de poder.** AstraZeneca aumenta lista de acordos para distribuir vacinas com Alemanha, Itália, França e Países Baixos. André Ventura afirma que Chega agrada a eleitorado de esquerda. O Chega irá concorrer às eleições regionais dos Açores com Carlos Furtado, ex-dirigente do PSD. Líder do PSD/Açores diz que deve haver uma mudança de governação com a alternância. Irmã de Kim Jong-un ameaça acção militar contra a Coreia do Sul. Eucalipto continua a ser a espécie mais autorizada em Portugal. Nos últimos seis anos, o eucalipto foi, de longe, a espécie arbórea florestal mais autorizada em Portugal. Dados fornecidos pelo ICNF revelam que, entre Outubro de 2013 e Junho de 2020, foi validada a plantação de 81.475 hectares de eucaliptos. A segunda espécie mais autorizada foi o pinheiro-manso, com 5931 hectares validados e maior expressão

em Lisboa e Vale do Tejo. Termas podem reabrir com triagem prévia e utentes de “baixo risco”.



(Online) De voluntária nos testes ao estudo dos mistérios moleculares da covid. "Estou feliz por ter ajudado numa fase crítica". Sílvia Costa, investigadora do Instituto Gulbenkian de Ciência, esteve mais de dois meses como voluntária a trabalhar nos testes de diagnóstico de covid-19 no Hospital Egas Moniz. Agora regressou à base e vai começar a estudar os segredos moleculares do SARS-CoV-2. "Nós não temos grandes palácios como Lisboa. O Porto era uma terra de mercadores". Entrevista a Germano Silva, jornalista (foi chefe de redação do Jornal de Notícias) e historiador. MP acusa 27 skinheads crimes de ódio e homicídio qualificado. Doações de sangue são "mais necessárias do que nunca", diz comissária europeia da Saúde. IKEA vai devolver apoios estatais a nove países incluindo Portugal. Igreja pede à UE que seja "mais humana no combate às consequências da pandemia". Papa Francisco nomeia mulheres para altos cargos no Vaticano. Depois de em janeiro uma mulher chegar à Secretaria de Estado da Santa Sé, o mais alto cargo que uma mulher ocupou no Vaticano, ontem o Papa Francisco nomeou mais duas mulheres para as chefias da Biblioteca Apostólica Vaticana e da Autoridade de Informação Financeira.



Baixas por doença custam 235 milhões. Entre janeiro e abril. Mais 31 milhões do que no mesmo período de 2019. Mais de 200 mil faltaram ao trabalho, dos quais 27 mil devido à pandemia de Covid-19. Processo EDP. Defesa de Mexia compromete governante. Portugueses voltam às praias do Algarve. Operação lex. Factos novos contra Rui Rangel e Fátima Galante. Contas arrestadas. Isabel dos Santos fecha empresas em Portugal. Lage deixa Benfica se perder pontos com o Rio Ave. Sporting. Central Mathieu na porta de saída. FCPorto “Vamos lutar contra tudo e contra todos”. **Revista D** Saiba quem é o novo suspeito no mistério de Maddie. Agenda confirma ligação de Brueckner.



Número de divórcios dispara após queda inédita na quarentena. Convívio prolongado e ansiedade desgastaram relações. Advogados dizem que em junho se atingirá pico. Com fim do isolamento, casais

procuram fechar processos ainda antes das férias judiciais. Educação. Universidades vão realizar provas de acesso regionais. Um único teste a alunos do ensino profissional e artístico válido em todas as instituições. Programas de férias para crianças e jovens são escassos. Grande parte dos ATL foram cancelados e os que existem têm fortes restrições. Football Leaks. Juiz da Operação Furacão julga Rui Pinto. Racismo. Justiça acusa 27 homens por crimes de ódio. Proteção. Dentistas cobram o que querem por materiais. Vera Mantero.” É urgente um centro de dança contemporânea”. **Notícias Magazine.** A pandemia fê-los livres. As histórias de reclusos que saíram da prisão devido à covid-19. Passados dois meses muitos aproveitaram para refazer a vida.



(Online) Marcelo, Felipe VI, Costa e Sánchez juntam-se em cerimónia de abertura da fronteira comum.

Maquinista ferido em apedrejamento em Valongo. Espanha: Detido casal português suspeito de explorar e maltratar trabalhadores.



(Online) Covid leva Novo Banco a precisar de mais capital este ano do que previsto. António Ramalho, CEO do Novo Banco, afirma que pandemia vai obrigar o banco que lidera a rever em alta a previsão que

tinha para as necessidades de capital, este ano, e que já tinha sido entregue ao Fundo de Resolução.



(Online) Estes oito portugueses passaram a viver dos apoios do Estado por causa da pandemia. Um milhão e 200 mil trabalhadores.

É este o número de trabalhadores que já beneficiaram das múltiplas medidas extraordinárias lançadas em resposta à pandemia. O ECO conta a história de

oito. Facebook pisa território da Amazon. Vem aí um duelo no e-commerce. Conte pede “plano corajoso” para recuperar economia italiana. São Miguel, Terceira, Pico, Faial e Santa Maria passam a estar em situação de calamidade pública até 1 de julho, anunciou o Executivo açoriano.



(Online) Novo Banco vai ter de pedir mais dinheiro ao Fundo de Resolução este ano. Cinco maiores bancos pagam 85% do adicional de solidariedade. A nova taxa custa mais de 28 milhões à CGD, BCP,

Santander, BPI e Novo Banco. É um custo que afeta os resultados, que em março caíram para 67 milhões, e o capital. Juristas dizem que é discriminatório. CEO dos bancos espanhóis em Portugal são os mais bem pagos. Marinha vai ganhar seis novos navios patrulha oceânicos no valor de 352 milhões. AstraZeneca fecha acordo com quatro países da UE para fornecer até 400 milhões de doses da vacina contra Covid-19. PCP quer incluir prestação social de apoio extra no Orçamento Suplementar para compensar medidas “insuficientes” do Governo. Giuseppe Conte pede “plano corajoso” para recuperar economia de Itália. PAN defende retoma das negociações entre Governo e enfermeiros. Sem-abrigo manifestam-se segunda-feira em frente ao Parlamento para exigir “condições para viver”. Fernando Medina compromete-se “sem complexos” com “passos significativos” na criação do Museu da Descoberta até 2021. Ikea quer devolver a Portugal o dinheiro recebido durante a pandemia da Covid-19. CDS-PP cria “Grupo dos 8” para elaborar “plano paralelo” de retoma da economia no pós-pandemia.



(Online) Ikea quer devolver apoios a Portugal e outros oito países.

Governo quer 9,4 camas de medicina intensiva por 100 mil habitantes. Exportações de vinho caíram 4% em abril, mas crescem no acumulado do ano. Bares estão a perder 300 milhões de euros por mês e antecipam encerramentos.

OBSERVADOR

(Online) Ensino Especial. Não aprender é o menor problema. Trancados em casa, sem ensino presencial nem terapias, os passos dados atrás são o que mais preocupa os pais de crianças e jovens com necessidades educativas especiais. E o novo ano letivo assusta. Como recusar o convite de um amigo ou receber familiares em casa. Regras de etiqueta em tempos de pandemia. SOS Racismo demarca-se de atos de vandalismo. Ventura. "Quanto mais nos atacam, mais crescemos". Um grupo de 27 homens que promoviam a "superioridade da raça branca" foi acusado pelo Ministério Público por homicídio qualificado e crimes raciais. Estarão ligados aos Hammerskins. Morreu Vieira Matias, antigo chefe do Estado-Maior.



(Online) Racismo. MP acusa 27 skinheads que "exaltam a superioridade da raça branca". O adeus ao corpo. Como a cremação está a conquistar os portugueses. Milhares manifestaram-se em Paris contra o racismo e a brutalidade policial. Manifestantes em Londres acusam extrema-direita de violência. Presidente da Polónia compara "ideologia LGBT" à "doutrinação comunista". Operação Lex: Ministério Público chama Rangel e Galante para interrogatório final. André Ventura diz que o Chega agrada ao eleitorado de esquerda. Eleições nos EUA. Joe Biden vai escolher uma mulher para vice. Efeito George Floyd amplia a vantagem da senadora negra Kamala Harris. Espanha. Mais de seis mil idosos morrem de covid-19 em lares. Covid-19. Bruxelas quer alargar apoios a start-ups em dificuldades antes da pandemia. Chefe da polícia de Atlanta demite-se depois de um dos seus agentes matar um homem negro.



(Online) "Fundamental é as pessoas não utilizarem máscaras descartáveis", defende Matos Fernandes. Graça Freitas admite que é "frequente" identificar casos de covid-19 em voos que chegam a Portugal. O tsunami antirracista chegou ao cinema e à televisão.



(Online)- China recebe 2.ª vaga. Máscara reutilizável é "fundamental".

Ministro do Ambiente diz que é "fundamental" usar máscaras reutilizáveis. Reviravolta. Autoridades alemãs admitem que afinal Maddie pode estar viva. MP pede julgamento de 27 arguidos dos hammerskins por crimes violentos. Além da Champions, Portugal pode receber também final da Liga Europa. Termas podem reabrir com triagem prévia e utentes de "baixo risco". Triagens prévias não presenciais para sintomas da covid-19, admissão apenas de "termalistas de baixo risco" e criação de zonas de isolamento são algumas condições da Direção-Geral da Saúde (DGS) para reabrir as termas.

SÁBADO

(Online) António Trincão. O criador de lojas virtuais viu a pandemia de covid-19 aumentar o negócio.

Covid-19: Portugueses agradecem repatriamento da Venezuela e prometem investir "cá e lá". Afro-americano abatido pela polícia na cidade de Atlanta. Covid-19: é fundamental usar máscaras reutilizáveis, diz ministro do Ambiente. Peter Fitzek, o autoproclamado rei alemão que a extrema-direita adora. PJ não investigou suspeito de raptar Maddie porque não estava na lista de predadores sexuais. 27 neonazis acusados por crimes de ódio e homicídio qualificado. SOS Racismo demarca-se de atos de vandalismo e condena mensagens de ódio. "Somos como aquelas seitas religiosas: fortíssimos", diz Ventura sobre o Chega. Caçador dos Looney Tunes fica sem arma para caçar Bugs Bunny e Duffy Duck.

VISÃO

(Online) Tribunais 2.0. Como a quarentena pôs os juízes a julgar à distância. Nuno Lopes: "Nunca tive o desejo de me tornar um ator

internacional, e continuo a não ter". Como o Animal Crossing se tornou o jogo da quarentena. VIPER, o robô que vai procurar água na Lua em 2023.



(Online) Estados membros devem fazer reserva de vacinas ainda em investigação. Apelo é feito pela Comissão Europeia. Governo alemão

adianta que alguns países já assinaram contrato com farmacêutica europeia na corrida para encontrar uma vacina. Governo prepara cartão eletrónico para rastrear viajantes de avião.



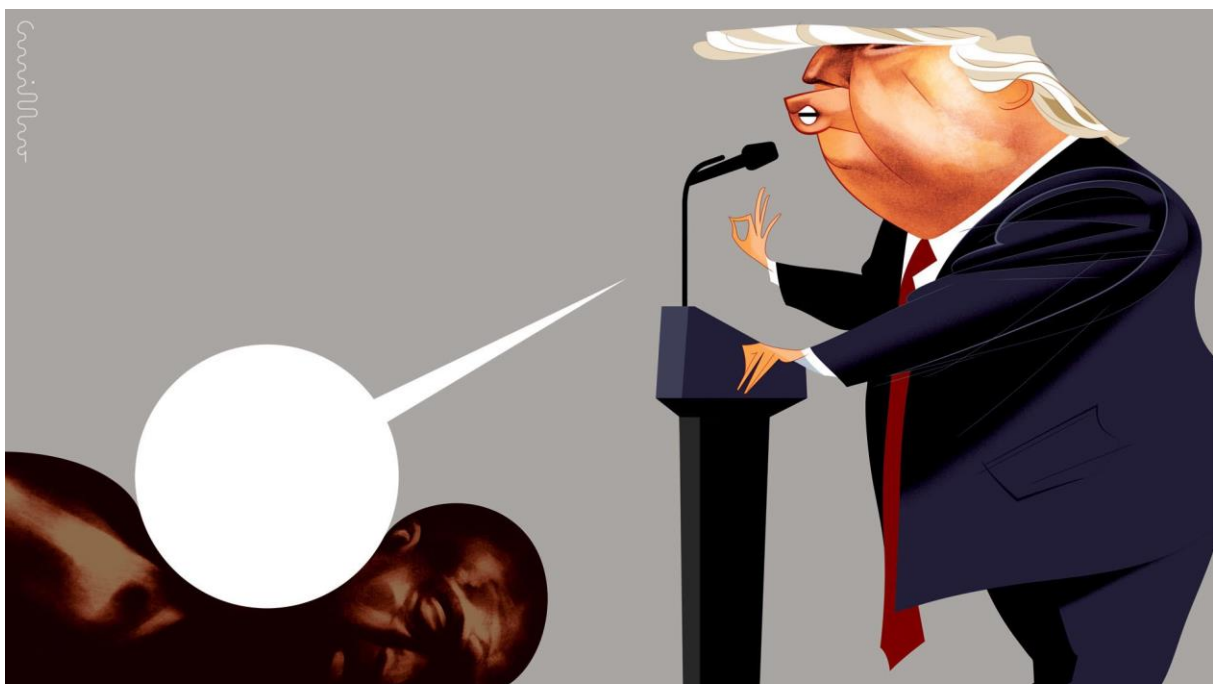
(Online) Covid-19. Ministro do Ambiente apela ao uso de máscaras reutilizáveis. Matos Fernandes lembra ainda que as máscaras descartáveis devem ser colocadas no lixo comum.

Atlanta. Morte de jovem negro motiva protestos e leva a duas demissões na polícia. Salões de dança e pavilhões desportivos continuam fechados. Coronavírus. Máscara obrigatória nas termas. Casas queimadas, centenas de mortos e deslocados. Bispo relata terror no norte de Moçambique. Novo Banco vai necessitar de mais dinheiro.



Pandemia ressurgir na China e obriga a restabelecer precauções.

Responsável africano de saúde pública alerta contra segunda vaga causada por desconfinamento sem regras. Novo Banco vai pedir mais dinheiro ao Fundo de Resolução. EUA continuam a ser o país com mais mortes de Covid-19. Autoridades alemãs admitem agora que Madeline McCann pode estar viva.



Hate Speech

A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

- ❑ Vírus já matou 427.495 pessoas e infetou mais de 7,7 milhões no **MUNDO**.
- ❑ **ESPANHA** regista 27 mortes por Covid-19 na última semana. O país contabiliza ainda mais 130 infetados em 24 horas.
- ❑ **ITÁLIA** regista 55 mortes e 346 novos contágios nas últimas 24 horas. Total de 34.301 mortes.
- ❑ **FRANÇA** regista mais 24 mortes e total ascende às 29.398.
- ❑ **ALEMANHA** com mais seis mortes e 247 novos casos de infeção. Número total de óbitos é agora de 8.787.
- ❑ **REINO UNIDO** regista mais 181 mortes e eleva total para 41.662.
- ❑ **BÉLGICA** regista oito mortes em 24 horas. Retoma aulas presenciais nas escolas em setembro.
- ❑ **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** registaram 734 mortos devido à covid-19 nas últimas 24 horas, elevando o total para 115.347 mil óbitos.
- ❑ **BRASIL** contabilizou 892 mortos e 21.704 infetados pelo novo coronavírus nas últimas 24 horas, totalizando 42.720 óbitos e 850.514 casos confirmados.
- ❑ **ÁFRICA** com mais de 6.200 mortes e 232 mil casos.
- ❑ **CHINA** regista 57 casos nas últimas 24 horas, o número mais elevado desde abril.
- ❑ **RÚSSIA** aproxima-se das sete mil mortes. Rússia anuncia que começará a produzir vacina em setembro.
- ❑ **MÉXICO** autoridades de saúde registaram no sábado 424 novas mortes por covid-19, atingindo 16.872 óbitos.
- ❑ Mais de 100 mortes pela primeira vez em dois meses no **IRÃO**.

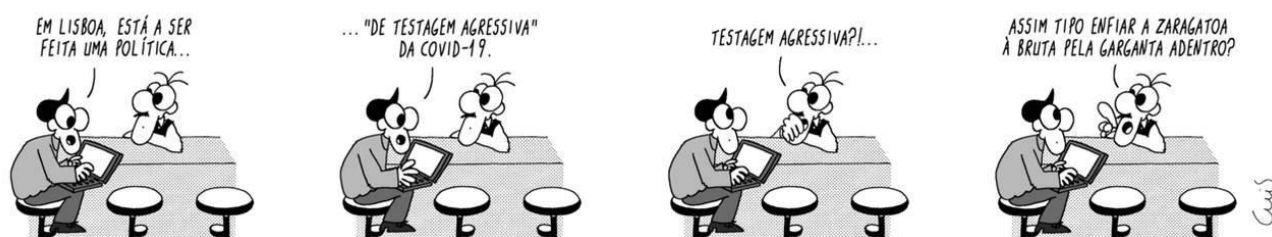


FRASES DO DIA

- **“Fundamental é as pessoas não utilizarem máscaras descartáveis. E já agora se as utilizarem pelo menos que as ponham no lixo comum e não as entendam como um material reciclável, porque o crescimento do descartável, seja em plástico ou não, não faz qualquer sentido”,** João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e da Ação Climática.
- **“Sem memória desenraizamo-nos e deixamo-nos levar como folhas pelo vento. Pelo contrário, fazer memória é amarrar-se aos laços mais fortes, sentir-se parte duma história, respirar com um povo”,** Papa Francisco.
- **“O governo de Portugal não reconhece ao desporto suficiente importância política para ser incluído no seu Programa de Estabilização Económica e Social. (...) A ausência do desporto, espelha a irrelevância política conferida ao sector e a falta de preocupação demonstrada para com o risco da sua sustentabilidade, mormente num quadro de restrições de saúde pública impostas à sua principal fonte geradora de receitas e valorização de ativos. (...) Com esta decisão o governo não apenas desvalorizou o desporto como, por arrasto, desvalorizou aqueles que no seu interior respondem politicamente por ele. Será que tomou consciência de ambas as situações?** José Manuel Constantino, Presidente do Comité Olímpico Português.
- **"Nenhum polícia morreu, nem vai morrer, por causa daquele cartão",** Ricardo Araújo Pereira, Humorista.
- **“Conseguimos, domámos a besta”,** Andrew Cuomo, Governador de Nova Iorque
- **"As baixas taxas de juros evitarão cortes ou aumentos de impostos malucos"** Olivier Blanchard, ex-Economista Chefe do FMI
- **tendência deste vírus é de se tornar endémico. Esta é a única forma de a médio e longo prazo se criar uma imunidade de grupo. Neste momento, há um certo exagero nas medidas tomadas do ponto de vista do distanciamento, das máscaras, das luvas e da circulação dentro de espaços. A questão -- e é preciso**

ter noção do preço a pagar -- é que estamos a atrasar em muito o adquirir da imunidade de grupo que nos iria proteger a todos", Nelson Olim, consultor da WHO Academy, da Organização Mundial de Saúde.

- **“Objetivo é deixar o Novo Banco totalmente limpo no final de 2020”,** António Ramalho, Presidente do Novo Banco.



ARTIGOS SELECIONADOS

COVID-19: MAIS DE 1.500 MORTOS EM TRÊS MESES EM PORTUGAL E MUDANÇAS NOS RITUAIS DE MORTE

A primeira morte por covid-19 em Portugal aconteceu há quase três meses, durante os quais a pandemia matou pelo menos 1.512 pessoas, a maior parte com mais de 70 anos, e obrigou a mudar os rituais funerários em Portugal.

A 16 de março, duas semanas de o primeiro caso em Portugal ter sido confirmado, um homem de 80 anos internado no hospital de Santa Maria, em Lisboa, morreu vítima do novo coronavírus, indicando a tendência que marca a mortalidade associada à covid-19.

Idoso, “com várias patologias associadas”, como referiu na altura a ministra da Saúde, Marta Temido, foi uma descrição que se repetiu em mais de 85% das mortes provocadas pela pandemia em Portugal.

No dia a seguir, mais uma pessoa morreu. Outra no dia seguinte. Depois, a 20 de março, o número duplicou para seis. No dia seguinte, voltou a duplicar.

O pico de número de mortos no espaço de 24 horas foi atingido em 03 de abril, quando morreram 37 pessoas. Na passada sexta-feira, dia 12 de junho, morreu uma pessoa, número que não se verificava desde o dia 19 de março.

A pandemia mudou a relação dos portugueses com os seus mortos, tivessem ou não morrido de covid-19.

As medidas de distanciamento impostas logo em meados de março e consolidadas com a declaração do estado de emergência acabaram com os velórios e impuseram o máximo de dez pessoas por funeral e caixões fechados quando houvesse confirmação de covid-19 como causa da morte.

Em alguns, casos, como referiram agentes funerários ouvidos pela Lusa em abril, houve pessoas que foram sepultados “como indigentes”, apenas com a presença dos funcionários das agências, no caso de os familiares terem fatores de risco acrescido que os impedissem de estar no funeral.

Em Portugal e por todo o mundo, as restrições ao contacto com as pessoas infetadas e ao acesso aos hospitais levou a que milhares de pessoas se vissem privadas da oportunidade de se despedir dos que morreram, tivesse ou não a covid-19 a ver com morte.

Em Itália, camiões militares a serem carregados com caixões para serem cremados em massa. Em Espanha, funerais ‘drive through’ com as famílias a terem que fazer despedidas sumárias sem sair do carro. Nos Estados Unidos, cadáveres guardados às dezenas em camiões frigoríficos por falta de capacidade das morgues. No Uruguai, corpos de vítimas da covid-19 embrulhados em sacos de plástico deixados nas ruas.

No dia da primeira morte por covid-19 em Portugal, tinha-se ultrapassado a barreira dos 7.000 mortos em todo o mundo. Três meses depois, a mortalidade a nível global supera as 400.000 pessoas.

Estados Unidos, com mais de 115.000 mortos, Brasil com mais de 42 mil, Reino Unido com mais de 41 mil, Itália, com mais de 34 mil mortos e França, com mais de 29 mil, são os países onde morreram mais pessoas.

Os números absolutos destes países são muitíssimo superiores aos verificados em Portugal, mas o panorama muda quando se olha para as mortes por milhão de habitante, porque aí Portugal é o 16.º país do mundo, registando-se 144,43 mortes por milhão, poucos lugares abaixo dos Estados Unidos ou do Brasil, de acordo com os dados da plataforma estatística Eyedata.

A Bélgica é o país no cimo da tabela, com 841 mortes por milhão, seguida de Reino Unido, com 610, Espanha (580), Itália (562), Suécia (460), França (436), Holanda (349), Irlanda (346), EUA (345) e Suíça (225). O Brasil surge em 14.º lugar, com 178 mortos por milhão.

Em Portugal, a região Norte, onde o novo coronavírus primeiro atacou em força, é onde mais pessoas morreram até agora – 812 – de acordo com o boletim de sábado da Direção Geral da Saúde.

Lisboa e Vale do Tejo, onde o surto é agora mais preocupante, tinha 422 mortos no sábado, a região Centro 246, Algarve e Região Autónoma dos Açores 15 cada uma e no Alentejo duas vítimas mortais.

A Região Autónoma da Madeira é a única parte do território português onde ainda não morreu ninguém com covid-19.

Nos números acumulados da pandemia, um mês depois da primeira morte, a 16 de abril, Portugal registava 599 mortos. No mês seguinte, 1203 pessoas tinham morrido, pouco mais do dobro, mas, nos últimos trinta dias, o ritmo das mortes decresceu.

De acordo com o mais recente boletim do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a pandemia, o número total preliminar de mortes ocorridas entre 01 de março e 24 de maio aponta para mais 2.374 mortes do que no mesmo período de 2019 e mais 1.133 do que no mesmo período de 2018.

Das pessoas que morreram a mais em relação ao que se tinha passado em 2019, 2.262 tinham 75 anos ou mais.

O INE regista ainda que nas últimas quatro semanas, 42,07 mortes em cada mil se atribuíram à covid-19.

O padrão de mortalidade em 2020 no país, segundo o INE, mudou a partir de meados do mês de março, correspondendo ao período em que o coronavírus começou a matar pessoas em Portugal.

De acordo com declarações do secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, no sábado, a taxa de letalidade global em Portugal estava nos 4,1%, subindo para 17,4% acima dos 70 anos.

Dos mais de 36 mil casos detetados em Portugal, mais de 22 mil já recuperaram.

Em todo o mundo, a pandemia de covid-19, que começou em dezembro na cidade chinesa de Wuhan, já provocou mais de 426 mil mortos e infetou mais de 7,5 milhões de pessoas em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP.

Fonte: Agência LUSA

“É IMPOSSÍVEL IMAGINAR TRUMP A ACEITAR UMA DERROTA NAS ELEIÇÕES”

Lawrence Douglas, professor de Direito na universidade norte-americana de Amherst, autor do livro Will he go?, diz que as probabilidades de Trump não reconhecer uma derrota “são de dez em dez” e vai mergulhar o país numa crise de sucessão sem paralelo em 231 anos de História.

Não há memória de uma época em que a transição de poder na Casa Branca tenha sido posta em causa por um Presidente decidido a não reconhecer uma derrota nas eleições. Foi a pensar nesse cenário que Lawrence Douglas, professor de Direito e Jurisprudência na universidade norte-americana de Amherst, decidiu ir à procura de respostas para uma pergunta que seria pouco mais do que um exercício académico antes da Presidência Trump. O resultado é Will he go? (Será que ele vai sair?), um livro que foi recebido como um sinal de alarme. Depois de o ler, a jornalista Elizabeth Kolbert, vencedora de um Pulitzer, chegou a uma conclusão inquietante: “Não é claro que a democracia americana sobreviva a uma reeleição de Trump, e também não é claro que sobreviva se ele não for reeleito.” Em conversa com o PÚBLICO, o autor afirma que após as presidenciais de 3 de novembro Trump vai mergulhar o país numa crise de sucessão sem paralelo em 231 anos de História se as eleições terminarem num cenário “altamente provável”: a derrota do Presidente norte-americano por uma curta margem em dois ou três estados decisivos.

O que o leva a afirmar, de forma taxativa, que Trump não vai reconhecer a derrota se perder as eleições?

É preciso esclarecer que a recusa de Trump em reconhecer uma derrota não significa que ele vai ficar na Casa Branca para sempre. Dito isto, as probabilidades de ele não reconhecer uma derrota são de dez em dez. Não tenho dúvidas de que ele vai fazer isso. Também é preciso fazer uma distinção entre reconhecer-se uma derrota e submeter-se a uma derrota. A primeira é a base da nossa transição de poder e significa que há um reconhecimento da legitimidade da derrota. Não há a mínima hipótese de Trump fazer isso. Ele põe sempre a culpa de uma derrota numa fraude ou numa conspiração qualquer.

Mesmo que sofra uma derrota pesada, com resultados claros na noite das eleições?

Sim, basta ver o que aconteceu em 2016. Ele foi eleito e, mesmo assim, disse que foi derrotado no voto popular por milhões de imigrantes ilegais. Não há dúvidas de que ele vai recusar-se a reconhecer a derrota mesmo que seja clara e pesada. Nesse caso, o que pode acontecer é que acabará por se submeter à derrota. Ou seja, poderá concluir que não há nenhuma utilidade em insistir na contestação formal dos resultados, nos tribunais e no Congresso, porque não terá o apoio da liderança do Partido Republicano.

Mas a opinião consensual é a de que a decisão vai ser renhida, e tanto Trump como Joe Biden podem ser eleitos com margens curtas. Isso muda tudo na questão da sucessão?

Sim, é muito provável que as eleições sejam decididas por margens curtas num punhado de estados, como o Michigan, o Wisconsin e a Pensilvânia. Há quatro anos, a vantagem de Trump sobre Hillary Clinton nestes três estados foi de 80 mil votos. Se isso voltar a acontecer, mas com Trump a ficar atrás, ele vai insistir em contestar a contagem dos votos.

Por causa da pandemia, vários estados vão recorrer pela primeira vez ao voto por correspondência como forma principal de votação. Que impacto pode ter essa decisão na contagem dos votos e, por conseguinte, na aceitação dos resultados?

Uma das coisas de que falo no livro é a questão dos votos por correspondência. Aí em Portugal as pessoas podem perguntar-se porque é que Trump anda tão obcecado com

isso. A questão é que o voto por correspondência tende a ser usado de forma esmagadora em áreas urbanas muito povoadas, onde o Partido Democrata costuma ganhar eleições por grandes margens. Este ano, por causa da pandemia, milhões de pessoas vão ter medo de ir às secções de voto, especialmente nas áreas urbanas muito povoadas, e por isso vão votar por correspondência. Ele está a tentar desde já desacreditar esses votos, para poder contrariar um fenómeno conhecido como “blue shift” (mudança para o azul, a cor associada ao Partido Democrata), que pode acontecer entre a noite das eleições e o dia em que todos os votem forem contados.

Como assim? É possível que Trump seja declarado vencedor na noite das eleições e que Biden acabe por ser eleito dias depois?

A maioria das pessoas acha que o Presidente é eleito no dia das eleições, mas isso não é bem assim, principalmente num ano em que se espera uma anormal quantidade de votos por correspondência. Estes votos podem demorar dias ou até semanas a serem contados. O que pode acontecer é que Trump se declare vitorioso no estado do Michigan na noite das eleições, por estar à frente na contagem dos votos, e que dez dias depois se constate que quem ganhou no Michigan afinal foi Biden, depois de serem contados todos os votos por correspondência. É um cenário possível e que pode ser aproveitado por Trump para criar muitos problemas, porque será fácil contestar a proveniência dos votos por correspondência, questionando de onde surgiram aqueles votos que deram a vitória a Biden. E atenção que Trump não será o único a dizer isso. Os media da direita vão repetir a mesma acusação de forma incessante e até o Partido Republicano vai seguir essa narrativa.

Não cabe ao Presidente certificar os resultados eleitorais, isso é uma competência do Congresso. Acredita que o Partido Republicano daria cobertura a uma eventual crise de sucessão?

O problema é anterior à certificação dos resultados, que só acontece a 6 de janeiro. Pode acontecer que alguns estados, aqueles onde os resultados forem renhidos na noite das eleições, enviem para o Congresso dois resultados opostos. Isso já aconteceu em outras eleições. Nos estados mais disputados, e que provavelmente vão decidir as eleições em novembro, como o Michigan, a Pensilvânia e o Wisconsin, os governadores são do Partido Democrata, mas é o Partido Republicano que domina as duas câmaras

do Congresso. Num ambiente tão sensível como o que atravessamos, é possível que a história se repita e que cada um dos partidos nesses estados declare como vencedor o seu candidato. Se isso acontecer, teremos uma situação incrivelmente caótica. É uma possibilidade, porque estamos dependentes dos resultados num pequeno número de estados, e basta que esse problema aconteça em dois ou três.

Um sistema eleitoral indireto e tão complicado como o norte-americano, em que o Presidente eleito não é necessariamente o candidato mais votado pelos cidadãos no dia das eleições, é mais fácil de ser explorado por quem quiser contestar ou subverter os resultados?

Acho que não teríamos qualquer problema em novembro se elegêssemos o Presidente de forma direta, sem o Colégio Eleitoral, porque Trump perderia por uma margem significativa no voto popular, talvez até maior do que em 2016 quando teve menos três milhões de votos do que Clinton no total nacional. Os norte-americanos sabem que um candidato pode ganhar o voto popular e perder a votação no Colégio Eleitoral, mas não percebem como é que isso acontece. Os media podem ter aqui um papel pedagógico importante, ao lembrarem que os resultados do dia 3 de novembro, numas eleições muito disputadas, serão provisórios.

Há condições no país para a eliminação do Colégio Eleitoral e a adoção de eleições diretas?

Há consenso para isso, a questão é que é impossível fazê-lo. A única coisa que é mais disfuncional do que o Colégio Eleitoral é o método de aprovar alterações à Constituição. Há esforços para contornar isso, como a iniciativa do Voto Popular Nacional. O que este compromisso significa é que se houver um número suficiente de estados dispostos a entregarem os seus votos do Colégio Eleitoral não ao candidato que vence nesses estados, mas sim ao candidato que vence a votação popular a nível nacional, então será possível dar a volta ao sistema sem uma alteração da Constituição. Até agora, a proposta foi aprovada por um número de estados que representam 196 votos do Colégio Eleitoral, e um Presidente é eleito com um mínimo de 270. Mas nem isso garantiria que sobreviveríamos a uma crise constitucional, porque o Supremo Tribunal poderia determinar que essa solução é inconstitucional.

Num cenário de resistência à transição do poder, num ambiente de grande divisão e num ano marcado por um impeachment, uma pandemia e o ressurgimento das tensões raciais, o atual período é comparável aos momentos mais sensíveis da História dos Estados Unidos?

As oportunidades para o surgimento de um período de agitação civil são reais e temos visto isso nas últimas semanas. O procurador-geral, William Barr, e o secretário da Defesa, Mark Esper, aconselharam o Presidente a não mobilizar as tropas ao abrigo da Lei da Insurreição, de 1807. A eleição mais desestabilizadora que tivemos em termos constitucionais foi a de 1876, e a seguir foi a de 2000. Em ambos os casos, o que evitou uma catástrofe foi o facto de os perdedores terem desistido das suas ambições políticas em prol da nação. É impossível imaginar Trump a agir da mesma forma. Tudo o que temos visto sugere que ele põe a sua ambição política acima do interesse de tudo o resto.

Em 2000, nas eleições entre George W. Bush e Al Gore, o Supremo interveio para resolver a crise. Isso pode não acontecer desta vez?

Muitas pessoas ainda acham que foi o Supremo que pôs termo a essa disputa, mas o responsável foi Al Gore. Ele podia ter forçado a situação de forma mais agressiva, e havia muitas pessoas no Partido Democrata a encorajá-lo. Essas pessoas defendiam que a decisão do Supremo não estava bem fundamentada e era ilegítima, e apelavam a Al Gore que deixasse a decisão ser tomada pelo Congresso. Mas ele recusou-se a entrar nesse jogo perigoso e acabou por aceitar a decisão do Supremo.

Se o Congresso for chamado a intervir, é garantido que no dia 20 de janeiro de 2021 os Estados Unidos terão um Presidente a tomar posse?

Não. Se o Congresso receber resultados opostos de um ou mais estados, e se nenhum candidato tiver uma maioria de 270 votos no Colégio Eleitoral, segundo a Constituição é a Câmara dos Representantes que escolhe o Presidente. O problema é que a situação atual é tão peculiar e sensível em termos históricos – é uma tempestade perfeita – que nem uma votação no Congresso dá garantias de desbloquear a situação se Trump insistir em não reconhecer uma derrota. Há um pormenor que escapa até a muitos dos meus colegas professores de Direito. Ainda há pouco tempo falei com alguns deles e eles diziam-me que se a decisão for para a Câmara dos Representantes, Joe Biden será

eleito porque o Partido Democrata está em maioria e é provável que mantenha ou até alargue essa maioria nas eleições de novembro. Mas isso não é verdade. Segundo a Constituição, a votação na Câmara dos Representantes para a eleição de um Presidente não é contada individualmente a partir dos votos dos representantes de ambos os partidos; é contada a partir do número de delegações de representantes por estado que cada partido tem. Ou seja, apesar de haver mais representantes do Partido Democrata do que do Partido Republicano, o Partido Republicano tem mais representantes em 25 estados e o Partido Democrata tem mais representantes em 24 estados, com um em situação de empate. Imaginemos que o Partido Democrata ganha mais terreno em novembro e desfaz o único empate que existe – nesse caso, ficará também com 25 delegações e o caso volta à estaca zero.

Se houver estados a entregar resultados opostos, não é possível simplesmente eliminar esses resultados para desbloquear a situação?

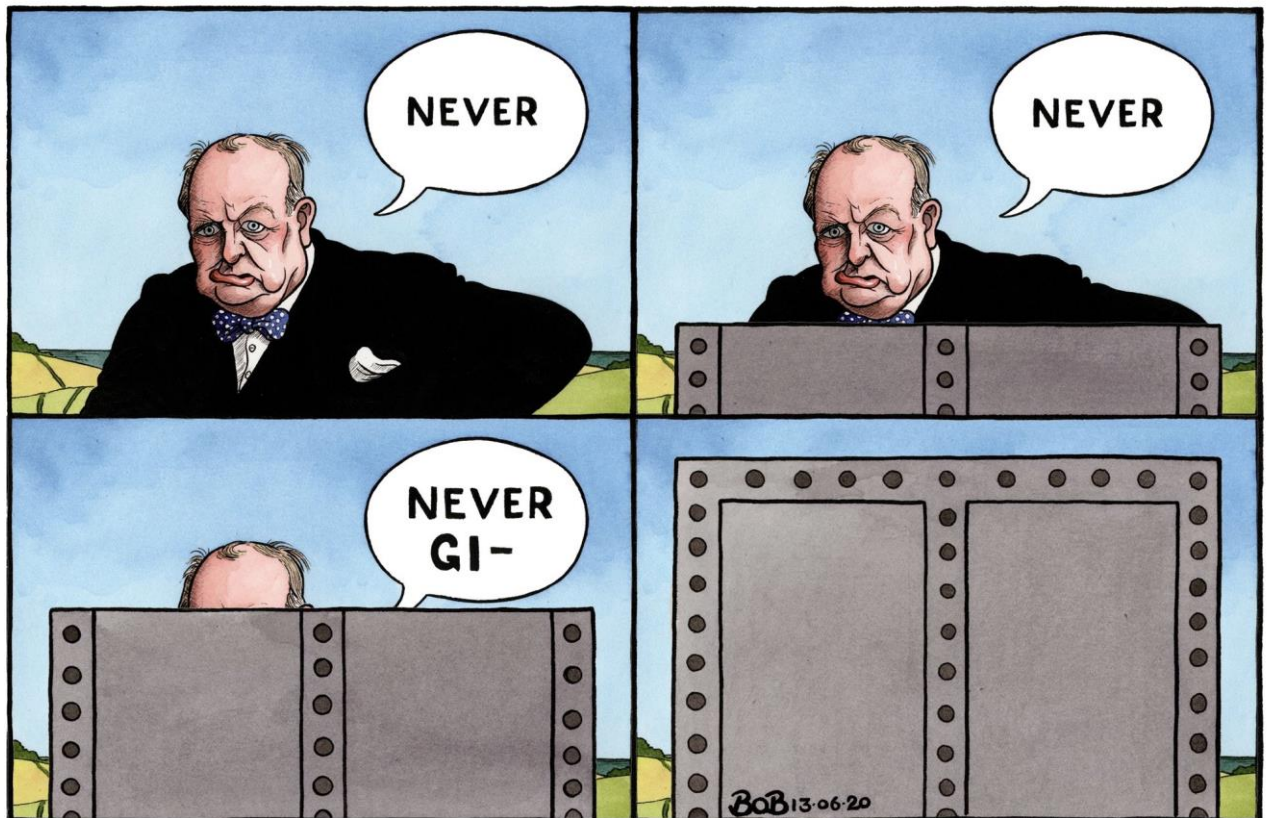
É mais difícil do que parece. Digamos que o Michigan é o estado que decide tudo e envia dois resultados opostos. O Congresso decide não contar os votos do Michigan. E depois? Esses votos deixam também de contar para o mínimo de 270 que um candidato tem de receber no Colégio Eleitoral para ser eleito, passando a ser possível, de forma excecional, eleger um Presidente com menos de 270 votos? Ou mantém-se a fasquia dos 270 e nenhum dos candidatos a atinge? Por incrível que pareça, não temos nenhuma lei que esclareça essa situação.

No fundo, o que diz é que a transição de poder nunca foi posta em causa por um Presidente porque nunca houve um Presidente decidido a explorar o sistema até às últimas consequências.

Sim, e neste caso não estamos a falar apenas de Trump, já que o papel do Partido Republicano é fundamental. Até a instituição mais bem desenhada pode ser subvertida por pessoas que não cumprem as regras do jogo, e o reconhecimento de uma derrota é a principal regra na transição de poder. Foi isso que me levou a escrever este livro. É uma reflexão sobre de que forma a Constituição e as leis federais nos dão ferramentas para lidarmos com uma crise de sucessão. E a verdade é que o nosso país não está nada bem equipado nesse aspeto. A Constituição e as leis federais não garantem uma transição de poder pacífica; partem do princípio de que é isso que vai acontecer. Se

alguém quiser jogar sem cumprir as regras, não temos nenhum árbitro para garantir que as regras são cumpridas.

Fonte: Público



OPINIÃO

AINDA NÃO VIMOS NADA!

Republicanos, corporativistas, fascistas, comunistas e até democratas mostraram, nos últimos séculos, que se dedicaram com interesse à revisão seletiva da História, assim como à censura e à manipulação.

É triste confessar, mas ainda estamos para ver até onde vão os revisores da História. Uma coisa é certa: com a ajuda dos movimentos anti-racistas, a colaboração de esquerdistas, a covardia de tanta gente de bem e o metabolismo habitual dos reacionários, o movimento de correção da História veio para ficar. Serão anos de

destruição de símbolos, de substituição de heróis, de censura de livros e de demolição de esculturas. Até de retificação de monumentos. Além da revisão de programas escolares e da reescrita de manuais. Tudo, com a consequente censura de livros considerados impróprios, seguida da substituição por novos livros estimados científicos, objetivos, democráticos e igualitários. A pujança deste movimento através do mundo é tal que nada conseguirá temperar os ânimos triunfadores dos novos censores, transformados em juízes da moral e árbitros da História.

Serão criadas comissões de correção, com a missão de rever os manuais de História (e outras disciplinas sensíveis como o Português, a Literatura, a Geografia, o Meio Ambiente, as Relações Internacionais...), a fim de expurgar a visão bondosa do colonialismo, as interpretações glorificadoras dos descobrimentos e os símbolos de domínio branco, cristão, europeu e capitalista.

Comissões purificadoras procederão ao inventário das ruas e locais que devem mudar de nome, porque glorificam o papel dos colonialistas e dos traficantes de escravos. Farão ainda o levantamento das obras de arte públicas que prestam homenagem à política imperialista, assim como aos seus agentes. Já começou, aliás, com a substituição do Museu dos Descobrimentos pelo Memorial da Escravatura!

Teremos autoridades que tudo farão para retirar os objetos antes que as hordas cheguem e será o máximo de coragem de que serão capazes. Alguns concordarão com o seu depósito em pavilhões de sucata. Outros ainda deixarão destruir, gesto que incluirão na pasta de problemas resolvidos. Entretanto, os Centros Comerciais Colombo e Vasco da Gama esperam pela hora fatal da mudança de nome. Praças, ruas e avenidas das Descobertas, dos Descobrimentos e dos Navegantes, que abundam em Portugal, serão brevemente mudadas. Preparemo-nos, pois, para remover monumentos com Albuquerque, Gama, Dias, Cão, Cabral, Magalhães e outros, além de, evidentemente, o Infante D. Henrique, o primeiro a passar no cadafalso. Luís de Camões e Fernando Pessoa terão o devido óbito. Os que cantaram os feitos dos exploradores e dos negreiros são tão perniciosos quanto os próprios. Talvez até mais, pois forjaram a identidade e deram sentido aos mitos da nação valente e imortal. Esperemos para liquidar a toponímia que aluda a Serpa Pinto, Ivens, Capelo e Mouzinho, heróis entre os mais recentes facínoras. Sem esquecer, seguramente, uns notáveis heróis do

colonialismo, Kaúlza de Arriaga, Costa Gomes, António de Spínola, Rosa Coutinho, Otelo Saraiva de Carvalho, Mário Tomé e Vasco Lourenço.

Não serão esquecidos os cineastas, compositores, pintores, escultores, escritores e arquitetos que, nas suas obras, elogiaram os colonialistas, cúmplices da escravatura, do genocídio e do racismo. Filmes e livros serão retirados do mercado. Pinturas murais, azulejos, esculturas, baixos-relevos, frescos e painéis de todas as espécies serão destruídos ou cobertos de cal e ácido.

Outras comissões terão o encargo de proceder ao levantamento das obras de arte e do património com origem na África, na Ásia e na América Latina e que se encontram em Portugal, em mãos privadas ou em instituições públicas, a fim de as remeter prontamente aos países donde são provenientes.

Os principais monumentos eretos em homenagem à expansão, a começar pelos Jerónimos e pela Torre de Belém, serão restaurados com o cuidado de lhes retirar os elementos de identidade colonialista. Os memoriais de homenagem aos mortos em guerras do Ultramar serão reconstruídos a fim de serem transformados em edifícios de denúncia do racismo. Não há liberdade nem igualdade enquanto estes símbolos sobreviverem.

Muitos pensam que a História é feita de progresso e desenvolvimento. De crescimento e melhoramento. Esperam que se caminhe do preconceito para o rigor. Do mito para o facto. Da submissão para a liberdade. Infelizmente, tal não é verdade. Não é sempre verdade. Republicanos, corporativistas, fascistas, comunistas e até democratas mostraram, nos últimos séculos, que se dedicaram com interesse à revisão seletiva da História, assim como à censura e à manipulação. E, se quisermos ir mais longe no tempo, não faltam exemplos. Quando os revolucionários franceses rebatizaram a Catedral de Estrasburgo, passando a designá-la por Templo da Razão, não estavam a aumentar o grau de racionalidade das sociedades. Quando o altar-mor de Notre Dame foi chamado de Altar da Liberdade, caminharam alegremente da superstição para o preconceito. E quando os bolchevistas ocuparam a Catedral de Kazab, em São Petersburgo e apelidaram o edifício de Museu das Religiões e do Ateísmo, não procuravam certamente a liberdade e o pluralismo. E também podemos convocar os Iconoclastas de Istambul,

os Daesh de Palmira ou os Taliban de Bamiyan que destruíram símbolos, combateram a religião e tentaram apropriar-se tanto do presente como do passado.

Os senhores do seu tempo, monarcas, generais, bispos, políticos, capitalistas, deputados e sindicalistas gostam de marcar a sociedade, romper com o passado e afastar fantasmas. Deuses e comendadores, santos e revolucionários, habitam os seus pesadelos. Quem quer exercer o poder sobre o presente tem de destruir o passado.

Muitos de nós pensávamos, há cinquenta anos, que era necessário rever os manuais, repensar os mitos, submeter as crenças à prova do estudo, lutar contra a proclamação autoritária e defender com todas as forças o debate livre. É possível que, a muitos, tenha ocorrido que faltava substituir uma ortodoxia dogmática por outra. Mas, para outros, o espírito era o de confronto de ideias, de debate permanente e de submissão à crítica pública.

O que hoje se receia é a nova dogmática feita de novos preconceitos. Não tenhamos ilusões. Se as democracias não souberem resistir a esta espécie de vaga que se denomina libertadora e igualitária, mergulharão rapidamente em novas eras obscurantistas.

António Barreto, Sociólogo

Fonte: Público

CONTRA TODOS OS ICONOCLASMAS

A violência contra as obras de arte é sempre um acto fascista, sejam quais forem as razões invocadas ou as bandeiras que se desfraldem para o levar à prática.

A vandalização de estátuas ou outras obras de arte pública alegadamente ligadas a manifestações de apoio ao escravagismo, ao colonialismo, ao suprematismo branco e a outras formas de ignominiosa opressão, tanto na Virgínia como em Antuérpia, em Hamilton, em Lisboa, e em outras cidades do mundo, na sequência dos justos protestos contra o bárbaro assassinato do afro-americano George Floyd em Minnesota, veio pôr a nu uma velha questão com que a humanidade se confronta desde que existem registos históricos: a vandalização de monumentos que em algum momento passaram a ser

vistos como símbolos nefastos por parte de determinadas dinâmicas políticas, sociais, religiosas, ou de defesa de um gosto preestabelecido.

O tema é antigo e sempre perigosamente recorrente, mostrando à saciedade quão acéfalo é o pendor dos homens para a violência gratuita e quão frágeis para lhe resistir são as obras de arte e os monumentos da História – sempre, nesse contexto, as primeiras vítimas a tombar. O recente livro de Éric Vuillard *A Guerra dos Pobres*, centrado nas revoltas camponesas na Alemanha no tempo da Reforma protestante, e na sua subsequente e violentíssima repressão, mostra bem como o ódio contra tudo o que possa ser considerado diferente alimenta as ondas de iconoclasma. Em nome da fé, em nome de Deus, em nome dos poderes instituídos, em nome de direitos ditos inalienáveis, mataram-se povos inteiros e destruíram-se patrimónios civilizacionais inestimáveis. Foi assim, mas parece que esquecemos.

A História da Arte, a museologia e as Ciências do Património têm justamente contribuído para fortalecer essa consciência de pertença. Recorro às sábias palavras do discurso de José Tolentino de Mendonça no Dia de Camões e das Comunidades e cujo sentido é mais ou menos este: a raiz da civilização é a comunidade, e o seu fermento é a cultura partilhada. Como diz o poeta, “é na comunidade que a nossa história começa, quando do eu fomos capazes de passar ao nós e de dar a este uma determinada configuração histórica, espiritual e ética”. Com máximo propósito, estas palavras ganham sentido face aos atos de violência contra obras de arte – os monumentos públicos, as estátuas e os memoriais – que, nos últimos dias, se têm multiplicado em várias cidades do nosso planeta, e também em Portugal, na onda dos sentidos protestos contra a repressão xenófoba nos EUA.

Ora o repúdio mais que legítimo por tais atos, bem como por outras ignomínias que se praticam contra a raça, a classe social, a religião, a língua ou a cultura daqueles que são vistos como “os outros”, destruindo os seus símbolos de identidade cultural e patrimonial, não pode em nenhuma circunstância justificar respostas onde também o recurso à iconoclastia faz parte da agenda de protesto. Quando as coisas assim se confundem, que capital de esperança sobra para a grande massa de mulheres e homens conscientes e conseqüentes, que veem no farol da Cultura o seu campo de afirmação identitária? O iconoclasma é sempre um ato inadmissível, e não se resume naturalmente

aos atentados do Daesh, ou dos talibans, contra museus, monumentos e demais patrimónios da humanidade, pois se alarga às atrocidades dos senhores do mundo nas guerras de cobiça contra populações inteiras para pilhagem e controle dos seus recursos.

Como historiador de arte que sou, admito que se retirem obras de arte, por razões estéticas ou simbólicas, mas nunca posso tolerar que essas mesmas peças e monumentos se brutalizem, ou destruam!

Tal como essas ações à margem dos mais elementares princípios éticos, também a violência contra as obras de arte é sempre um ato fascista, sejam quais forem as razões invocadas ou as bandeiras que se desfraldem para o levar à prática. Chamar às obras de arte “degeneradas” (como fazia Goebbels na tristemente célebre exposição de Munique em 1937) ou “contaminadas” (como a historiografia de arte do Estado Novo chamava às artes miscigenadas no contexto da colonização e do império) foi sempre, como se recorda, linguagem dos totalitarismos e justificação para todos os atos suprematistas contra a afirmação cultural “subdesenvolvida”.

Ora tal argumentação anti-patrimonial e cunho suprematista não poderá em nenhuma circunstância, por acrescidas razões, ser tomada como arma dos que justamente se revoltam em nome de princípios de igualitarismo e justiça social... Como historiador de arte que sou, admito que se retirem obras de arte, por razões estéticas ou simbólicas (e quantas o não foram ao longo da História!), resguardadas em museus ou deslocizadas da sua função gratulatória primeva, mas nunca posso tolerar que essas mesmas peças e monumentos se brutalizem, ou destruam! Na triste saga a que assistimos por causa da vandalização da estátua do Padre António Vieira, no Largo da Misericórdia, não existe fronteira que branqueie radicalismos, consoante a tonalidade ideológica, sabendo-se que, à espreita, temos os extremistas de direita, sempre ávidos de usar – pelas piores razões – situações como estas em seu proveito...

Pergunto: não aprendemos nós todos com a História? Parece que não sabemos, mas devíamos saber, que todas as obras de arte (independentemente da sua maior ou menor qualidade estética) são sempre trans-contextuais e, mais!, estão isentas de culpa pelos desmandos da cegueira humana. Vamos retirar de exposição pública no Metropolitan Museum de Nova Iorque o excecional retrato do Cardeal Fernando Niño de Guevara,

pintado por El Greco (c. 1600), porque o retratado é uma figura infame, responsável por inúmeras fogueiras inquisitoriais, coisa que aliás o próprio pintor bem sabia, deixando na tela a impressão da sua antipatia pelo modelo? Ora as obras de arte não se confundem nem esgotam nos temas que representam! Elas são permanentemente trans-contemporâneas e assim desfilam diante dos nossos olhares como um permanente e renovado desafio à percepção, à sensibilidade, à inteligência e aos novos saberes.

No excelente discurso que proferiu na cerimónia do Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades, Tolentino de Mendonça lembrou uma parábola que atribuiu à antropóloga e activista social Margaret Mead (1901-1978) para nos confrontar com os males maiores do nosso tempo: a cobiça e o egoísmo, parceiros da incultura e, como tal, antíteses da fraternidade. A parábola, creio, diz-nos diz tudo aquilo que o conceito de Comunidade encerra: “Um estudante teria perguntado a Margaret Mead qual seria para ela o primeiro sinal de civilização. E a expectativa geral é que nomeasse, por exemplo, os primeiríssimos instrumentos de caça, as pedras de amolar ou os ancestrais recipientes de barro. Mas a antropóloga surpreendeu a todos, identificando como primeiro vestígio de civilização um fémur quebrado e cicatrizado. No reino animal, um ser ferido está automaticamente condenado à morte, pois fica fatalmente desprotegido face aos perigos e deixa de se poder alimentar a si próprio. Que um fémur humano se tenha quebrado e restabelecido documenta a emergência de um momento completamente novo: quer dizer que uma pessoa não foi deixada para trás, sozinha; que alguém a acompanhou na sua fragilidade, dedicou-se a ela, oferecendo-lhe o cuidado necessário e garantindo a sua segurança, até que recuperasse. A raiz da civilização é, por isso, a comunidade. É na comunidade que a nossa história começa.”

As obras de arte – todas elas – contribuem para esta configuração histórica, cultural, espiritual e ética do mundo. Não só o mundo em que foram produzidas e vivenciadas, mas também os mundos que se seguiram, e o mundo atual, em que essas mesmas obras continuam a ser vistas, quanto mais não seja como testemunho vivo de uma História comum. Sim, as obras de arte, porque social e ideologicamente comprometidas, dão sempre testemunho e suscitam debate, seja no espaço público, no museu, no edifício religioso ou civil onde se exponham aos olhares de ontem, de hoje e de amanhã. É uma

experiência dialogal de afetos, capaz de subverter o silêncio terrível que habita o coração dos homens e de impactar o imperioso abraço solidário por que todos ansiamos. Neste diálogo estético e afetivo não pode haver lugar para a vandalização e a destruição.

Vítor Serrão, Historiador de arte

Fonte: **Público**

A ÉTICA DE WEBER PARA TEMPOS DE PANDEMIA

Preservar vidas ou relançar a economia? As reflexões do filósofo alemão, precisamente 100 anos depois da sua morte, ainda estão ainda muito vivas e atuais.

Hoje, 14 de junho, exatamente há cem anos, morreu Max Weber, vítima de pneumonia depois de ter sido contaminado pela gripe espanhola. Mal poderia o ilustre professor imaginar que celebraríamos o seu centenário no meio de uma pandemia semelhante. Porque Weber, o clássico entre os clássicos das ciências sociais, o inquieto criador de teorias e criador de conceitos, nunca deixou de acreditar nos avanços da ciência e do progresso. Embora o tenha feito isso à sua maneira, expondo as suas muitas ambiguidades e ambivalências.

A sua tese central sobre o desenvolvimento do mundo moderno é aprendida no primeiro curso de sociologia. A modernidade é equivalente à racionalização de todos os processos sociais, a fim de resolver as questões de natureza prática da maneira mais eficiente possível. E a racionalização é combinada com a industrialização, a burocratização, a especialização, a secularização, o avanço do capitalismo. Mas também com a objetivação e a desumanização, porque esse processo leva à destruição do "jardim encantado" das religiões pré-modernas e das visões de mundo. Novas esferas de valor aparecem - ciência, direito, ética, estética, religião ... - cada uma com as suas próprias regras, que não podem ser integradas numa unidade e nos causam uma espécie de distanciamento existencial.

O efeito de todos esses processos é, então, o "desencantamento" (Entzauberung, em alemão) do mundo "desmagificação", como o nosso especialista Joaquín Abellán prefere traduzi-lo. O que antes era visto como resultado de poderes ou de forças misteriosas e

ocultas é agora complementado por conhecimentos técnico-científicos sistemáticos. Graças à ciência e à tecnologia, sabemos cada vez mais sobre o mundo ao nosso redor, ele é preenchido com formas de organização e dispositivos técnicos que usamos diariamente, mas que, excetuando os especialistas, não entendemos como funcionam. Usamos o autocarro ou o computador, mas realmente não sabemos como ele funciona; ocupamos um alvéolo com uma imensa organização burocrática, mas a sua racionalidade interna está além do nosso entendimento. Por outras palavras, sentimo-nos incorporados numa ordem - num dispositivo, diria Foucault -, que marca as suas leis em todos os lugares, mas para as quais não encontramos "significado".

Vamos fazer uma pausa por um momento, porque é aqui que reside um dos aspetos mais interessantes do seu diagnóstico. A certa altura, diz-nos: "A imagem da ciência é a de um reino transmundano de abstrações artificiais que tenta apreender o sangue e a seiva da vida real com as mãos secas, sem realmente as apreender". Ou quando ele afirma que a ciência não pode fornecer respostas para "a única questão importante para nós, o que devemos fazer e como devemos viver". Todos os aspetos da vida social são formatados por esse processo de racionalização que reproduz o modelo de um aparelho burocrático e hierárquico, organizado por especialistas. E um mundo construído a partir de uma racionalidade instrumental abstrata e distante pode garantir eficiência, mas não o sentido da vida. O resultado é alienação do mundo, e isso leva-nos à conformidade. Dentro dessa "gaiola de ferro", a liberdade perde sua dimensão de autonomia e torna-se rotina.

Weber acrescenta a essa descrição uma importante consequência política, que acabaria sendo profética. O perigo de sujeitos isolados e alienados numa sociedade de massa burocratizada é o possível salto para o irracionalismo: "os velhos deuses ressuscitam de seus túmulos" e a velha luta entre eles começa novamente. De acordo com a postura básica de cada um, alguns serão deuses e outros demónios. "E é preciso decidir qual será para ele Deus e qual o diabo", não há mais um corpo racional com a capacidade de nos guiar nesse imensurável pluralismo de valores. Ou então procura compensar a perda de consciência seguindo cegamente um líder. Não esqueçamos que o autor vive no período anterior à República de Weimar num ambiente político ensurdecedor.

O pai da sociologia moderna estava muito preocupado com "o tipo especial de ser humano" a quem confiamos poder.

É quase inevitável transferir algumas destas reflexões para a sociedade tecnocrática e hipertecnológica de hoje. À luz de seu diagnóstico, o ressentimento atual em relação à ciência, o ceticismo em relação à verdade e objetividade dos fatos, a proliferação de teorias da conspiração, seria o nosso meio de reação a essa nova sociedade digital. A sua melhor encarnação pode ser o populismo, com o regresso ao maniqueísmo - eu sou Deus, você é o diabo - e a priorização da emoção sobre a cognição. É por isso que é tão estimulante relermos os seus textos mais marcadamente políticos a partir de hoje, tão pendente de abrir um caminho racional, "científico", para aquele mundo tão propenso à irracionalidade ideológica e de introduzir uma ordem conceitual no ambiente ainda precário de partidos, líderes e processos parlamentares, no cenário do poder. E aqui pode ser a coisa mais importante, as suas reflexões sobre os atributos que devem acompanhar a liderança e a ética na qual ela se deve basear. Em resumo, o que encontramos nesta chave que a ideia da política como profissão / vocação.

A distinção que ele introduz entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade já é bem conhecida, mas é difícil imaginar outra que capte melhor a natureza dilema da ação política, como o responsável pela decisão político está sempre preso entre os ditames morais e as exigências de uma realidade sempre sujeita a contingências. A sua opção pela ética da responsabilidade, a de sempre levar em consideração as consequências das nossas ações - a outra, a da convicção, seria uma ética "extramundana", não apoiada na "irracionalidade ética do mundo" - já se tornou no paradigma em que, pelo menos em teoria, os grandes políticos são inspirados. Mas há momentos, lembra o professor, quando não podemos ignorar os mandatos morais absolutos, o "aqui estou eu, não posso fazer mais nada" de Lutero.

Naquele Weber não estava enganado. Conseguimos experimentá-lo quando precisamos tomar decisões difíceis durante a pandemia, preservar vidas e restringir direitos em troca de reduzir o nosso bem-estar económico. Às vezes, as consequências "desejáveis" colidem com a aplicação de meios inaceitáveis. Por isso, Weber estava tão preocupado com o "tipo especial de ser humano" a quem confiamos o exercício do

poder, aquele tipo de homem "necessário para colocar as mãos nos raios da roda da história". Receio que esta última dimensão já a tenhamos esquecido.

Fernando Vallespin, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid.

Fonte: **El País**

